



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
INSTITUTO DE LETRAS-IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LINGUAS
CLÁSSICAS - LIP
DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PORTUGUÊS

UNIVERSO DOS CONCURSOS: DISCURSO E IDENTIDADE

Aluna: Sara Barreto de Castro

Brasília, 19 de julho de 2011

SARA BARRETO DE CASTRO

UNIVERSO DOS CONCURSOS: DISCURSO E IDENTIDADE

Monografia apresentada como
conclusão da disciplina Seminário
de Português.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana
de Freitas Dias.

Brasília

2011

À minha família, meu bem mais precioso e amado, e aos amigos queridos.

Agradeço a Deus pela vida e saúde; a família pelo amor, pelo apoio e por todo o incentivo; e a professora Juliana Dias pela valiosa orientação.

SUMÁRIO

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	10
1.1 Modernidade Tardia.....	12
1.2 Discurso	14
1.3 Identidade.....	17
1.4 Ideologia.....	19
2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	23
2.1 A pesquisa qualitativa.....	23
2.2 A entrevista.....	25
2.3 O arcabouço reformulado da ADC.....	26
2.4 A etnografia	29
2.5 A triangulação metodológica.....	30
2.6 Coleta de dados e constituição do corpus	32
3. ANÁLISE CONJUNTURAL, DISCURSIVA E IDENTITÁRIA	36
3.1 Análise da conjuntura	37
3.1.1 A evolução da organização do trabalho	37
3.1.2 A atualidade	39
3.1.3 Atualidade em Brasília	41
3.2 Análise do discurso.....	41
3.2.1 A prática social em análise	42
3.2.2 Análise linguística.....	45
3.2.2.1 Monofonia	45
3.2.2.2 Seleção lexical	46
3.3 Análise da identidade e da ideologia	47
3.3.1 Construção da identidade dos “concurseiros”	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

RESUMO

Este trabalho analisa os discursos veiculados no universo dos concursos públicos, segundo as diretrizes da análise do discurso crítica (ADC), e tem como principal interesse observar as possíveis influências de tais discursos na formação da identidade dos “concurseiros”. Para tanto, realizo um estudo teórico sobre os conceitos de modernidade tardia, discurso, identidade e ideologia; apresento a abordagem metodológica, centrada (i) na pesquisa qualitativa, com foco específico no arcabouço reformulado da ADC, na entrevista e na etnografia crítica, e (ii) na triangulação metodológica; e analiso criticamente a conjuntura do mercado de trabalho de Brasília e a constituição das práticas discursivas e das identidades dos “concurseiros” a fim de verificar a possibilidade de associação entre tais práticas e identidades com o preconceito intelectual.

Palavras-chave: análise do discurso crítica; concurso público; identidade; ideologia; preconceito.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa os discursos veiculados no universo dos concursos públicos segundo as diretrizes da análise do discurso crítica (ADC).

Sobretudo em Brasília, há um grande número de pessoas que compartilham um objetivo comum: ser aprovado em um concurso público. Alguns já pertencem ao mercado de trabalho e desejam assumir um cargo público apenas para auferirem melhores salários, ou simplesmente para adquirirem estabilidade. Outros nunca trabalharam e veem na oportunidade de ocupar um cargo público o único caminho para se realizarem profissionalmente.

Aproveitando-se desse grande interesse da população pelo serviço público, os cursos preparatórios da cidade, além de outros incentivadores, intensificam o discurso de que uma aprovação não apenas é fundamental para se ter uma vida feliz, mas, sim, o sinônimo de vitória, de capacidade e de competência profissional e intelectual. Nessa perspectiva, então, a não-aprovação significaria infelicidade, fracasso, e incapacidade e incompetência profissionais e intelectuais.

Todavia, alcançar esse objetivo não tem sido tarefa fácil para ninguém. Na verdade, e em razão da elevada dificuldade das seleções, conseguir a investidura em um cargo público tem sido tarefa duríssima, sofrida, que leva os concurseiros, como são conhecidos, a uma vida de intensa disciplina, de grandes privações, de baixa autoestima e de uma tortura psicológica profunda, que não raro também afeta toda a família do estudante.

Durante a longa preparação, e após muitas tentativas frustradas, muitos resolvem se afastar dos amigos já aprovados, por se sentirem envergonhados diante do insucesso. Para outros, entretanto, a consequência da não-aprovação é ainda pior: passam a acreditar verdadeiramente que são inferiores, incapazes, intelectualmente incapazes, que não são aptos para exercer qualquer atividade ou profissão e que não são bons o bastante para fazer o que quer que desejem.

Mas sempre há os que, apesar de todas as dificuldades, são aprovados nas seleções. E para esses o futuro é outro: após tanto sacrifício e baixa autoestima, os novos aprovados não apenas passam a se sentir, como também passam a ser vistos por todos, como pessoas vitoriosas, como seres de capacidade intelectual superior à da média da população e cuja competência profissional e intelectual se sobrepõe a dos demais profissionais existentes no mercado de trabalho.

Contudo, será que todo esse sofrimento dos concurseiros, assim como toda essa supervalorização intelectual dos aprovados e, portanto, dos servidores públicos não esconde um profundo preconceito intelectual que, muito embora exista, não é percebido pela população? Pior: será que o discurso de todos aqueles que orientam os “concurseiros” não interfere na formação da identidade dos funcionários públicos e no tratamento que estes, que após a aprovação se sentem superiores, dão aos cidadãos para quem de fato os serviços foram criados e são prestados?

Por todos esses questionamentos, surgidos em decorrência da leitura de artigos de jornais e revistas especializadas, além da observação de amigos e parentes é que me deparei com a seguinte questão de pesquisa: a forma como a identidade dos novos profissionais do serviço público tem sido construída reflete uma manifestação velada de um preconceito intelectual?

Após cursar a disciplina Introdução à Análise do Discurso, na Universidade de Brasília (UnB), me dei conta da importância dos discursos na orientação das práticas sociais e na influência que eles, discursos e práticas sociais, juntos, possuem, seja na formação de identidades individuais e coletivas, seja na construção e na manutenção de ideologias.

Desde então, permaneci em estado de alerta e, como pesquisadora da língua, passei a observar sempre com muito cuidado os discursos veiculados pela mídia e, sobretudo, os discursos que legitimam a supremacia do Estado, ou seja, a supremacia da coletividade sobre os cidadãos e suas individualidades.

Nesse contexto investigativo em que passei a viver, logo me deparei com a situação difícil em que muitos “concurseiros” vivem e isso me levou aos

seguintes questionamentos: por mais que a aprovação em um concurso signifique ter bom salário e estabilidade, por que pessoas que não têm o perfil semelhante àqueles que são aprovados ou mesmo que não têm nenhuma compatibilidade com o serviço público passam anos de suas vidas tentando uma vaga a qualquer custo? Será que o discurso tão repetido pelos incentivadores e pelos próprios estudantes não esconde um profundo preconceito intelectual contra aqueles que por alguma razão não conseguem ser aprovados? E será que esse mesmo discurso não acaba colocando no serviço público pessoas arrogantes e sem o devido comprometimento com a população para quem elas prestam os serviços?

Certa de que são muitas as reclamações sobre a qualidade do atendimento prestado pelos funcionários públicos, bem como de que os candidatos a uma vaga no serviço público contam com incentivos cada vez maiores de professores, de cursos preparatórios, de jornais, revistas e sites para obterem o melhor aproveitamento nos estudos e se tornarem cada vez “melhores”, garantindo, assim, a tão sonhada aprovação, decidi analisar a possível relação entre os discursos motivacionais voltados para os “concurseiros” e a formação da identidade deles que, na maioria dos casos, acabam se tornando nossos servidores públicos.

Assim, com o intuito de estabelecer uma possível ligação entre os discursos motivacionais voltados para os “concurseiros” e a formação de uma identidade pautada no preconceito intelectual, o presente estudo tem como objetivos específicos analisar criticamente:

- As práticas discursivas veiculadas pelos cursos preparatórios, bem como pelos demais incentivadores de concursos públicos: verificar a constante associação entre os termos “aprovação” e “vitória”.
- A construção da identidade dos “concurseiros”: associação entre não-aprovação e incapacidade pessoal e profissional e o incentivo velado ao preconceito intelectual.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral relacionar o comportamento dos candidatos a vagas para cargos no serviço público a um tipo de preconceito muito comum no Brasil, porém pouco discutido, que é o

preconceito intelectual. E, por isso, os pontos centrais desse estudo são: analisar o perfil dos “concurseiros”; compreender a relação entre o discurso dos orientadores para candidatos a uma vaga no serviço público e a formação da identidade dos estudantes ainda não aprovados e analisar a relação entre o discurso de incentivo aos estudantes e o desenvolvimento de uma categoria intelectualmente preconceituosa: a dos aprovados.

Para tanto, e tendo em vista a necessidade de se fazer um recorte ainda menor e de se adotar uma visão mais didática do problema, tentarei responder as seguintes questões:

- A prática discursiva daqueles que orientam ou incentivam os candidatos a uma vaga no serviço público tem influência na formação da identidade desses estudantes?
- A recorrente associação entre termos “vitória” e “sucesso”, veiculados no universo dos concursos públicos, aos candidatos aprovados favorece o surgimento de preconceito intelectual?

Além disso, e para que os objetivos sejam alcançados e as questões respondidas, o estudo se estruturará da seguinte forma: primeiramente serão investigados os conceitos de modernidade tardia, discurso, identidade e ideologia. Posteriormente, serão apresentadas as abordagens metodológicas adotadas - a pesquisa qualitativa, a entrevista, o arcabouço reformulado da ADC, a etnografia e a triangulação metodológica -, bem como a trajetória de coleta e a constituição do corpus. Por fim, se analisará o discurso, a conjuntura - dando-se enfoque à evolução da organização do trabalho no mundo e em Brasília -, a identidade e a ideologia (serão adotadas como fonte de pesquisa as obras de Fairclough (2001), Stuart Hall (2000), Anthony Giddens (2002), Tomaz Tadeu Da Silva (2000), Bakhtin (1997), Thompson (1995), dentre outros).

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Desde o seu nascimento, e até mesmo antes dele, ainda no ventre de suas mães, os seres humanos já estão em contato com um fenômeno que jamais deixará de fazer parte de suas vidas, seja porque se trata de uma capacidade inata da raça humana, como acreditam alguns, seja porque ele estaria intrinsecamente ligado a todas as esferas de atuação dos indivíduos – trata-se do fenômeno da linguagem.

Assim, de um ou outro modo, mas reconhecidamente pertencente aos seres humanos, tem-se que a linguagem é uma atividade cerebral que, utilizando-se do aparelho sonoro, é capaz de expressar estados mentais dos indivíduos (Borba apud Bakhtin, 1997). É, ainda, (i) um fenômeno adquirido por meio da aprendizagem, portanto cultural, (ii) articulado, pois presta-se a uma divisibilidade sistemática, e (iii) que se consubstancia na formulação de signos linguísticos arbitrários, isto é, no estabelecimento, segundo a vontade humana, de relações entre objetos, imagens ou pensamentos e seus nomes (Borba apud Bakhtin, 1997).

Objeto de interesse da linguística, ou seja, da ciência que procura determinar, com métodos próprios, a estrutura e a função da linguagem humana (Ibidem), a linguagem e, portanto, os estudos linguísticos, entendendo que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua (Bakhtin, 1997), cada vez mais têm sido relacionados a várias outras áreas do saber, como a filosofia, a sociologia, o direito, a medicina, dentre outras.

Mesmo dentro da própria linguística, e dependendo do recorte teórico que se deseja fazer sobre a linguagem, os estudos linguísticos têm seguido diferentes caminhos e alcançado grandes avanços advindos de pesquisas realizadas, dentre outras, nas áreas da sociolinguística, da linguística descritiva, da literatura e daquela que representa, na presente pesquisa, o objeto de estudo principal, qual seja, a análise do discurso crítica (ADC).

Formulados pelo linguista Norman Fairclough, os pressupostos teóricos e metodológicos da ADC apoiam-se na ideia de que a linguagem, a qual o autor, adotando um sentido mais estreito para o primeiro termo, prefere denominar de discurso, é uma forma de prática social que tem como consequências reais a construção de relações, de sistemas de conhecimento e crença dos indivíduos e das identidades sociais (Fairclough, 2001). Diferentemente do que se acreditava, a linguagem para Fairclough, portanto, não é uma atividade individual, mas um acontecimento social que, estabelecendo uma relação de bilateralidade com a sociedade, provoca mudanças nela ao mesmo tempo em que é modificada segundo fatores sociais (Idem).

Com base nessa primeira ideia, tem-se, na análise do discurso crítica, que qualquer análise deve partir da percepção de um problema relativo ao discurso na prática social concreta ou na construção reflexiva de uma prática social, ou seja, nas representações que os sujeitos fazem de suas atividades que são, elas próprias, partes constitutivas de tais atividades (Dias, 2007).

Outra percepção imprescindível para um analista do discurso é aquela proposta por Fairclough e que diz respeito à modernidade tardia. Sobretudo após a Revolução Industrial, o mundo tem vivenciado grandes transformações nas práticas sócias construídas ao longo da história da humanidade e presenciado profundas mudanças estruturais nas sociedades, nos próprios sujeitos e em suas identidades (Hall, 2000). Esse período, marcado por antagonismos, pelo deslocamento e pela descontinuidade dos indivíduos, tem provocado reflexos nas novas práticas sociais e nos discursos intrínsecos a elas, os quais muitas vezes têm servido para legitimar relações de poder dentro da sociedade ou ideologias dominantes.

Com base nessas percepções fundamentais para a ADC, e com o intuito de analisar os discursos veiculados por todos aqueles que orientam os “concurseiros” e os seus reflexos no processo de (re)construção da identidade dos candidatos, revela-se necessária uma análise mais aprofundada dos conceitos de modernidade tardia, discurso, identidade e ideologia, razão pela

qual selecionei tais pontos para serem melhor desenvolvidos e analisados, a começar pelo discurso.

1.1 Modernidade Tardia

Posteriormente ao feudalismo, sobretudo após a revolução industrial, que teve impacto sobre toda a superfície terrestre, as instituições e os modos de comportamento passaram a sofrer grandes modificações, configurando aquilo que Giddens (2002: 21), adotando o termo em seu sentido geral, define como “Modernidade” ou “mundo industrializado”.

Somados ao uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção introduzidos no mundo pela industrialização, o surgimento do capitalismo, que culminou na competitividade dos mercados e na mercantilização do trabalho, bem como o desenvolvimento armamentista inauguraram formas sociais distintas, tais como o Estado-nação, marcado pela territorialidade, pela capacidade de vigilância, pelo controle efetivo sobre os meios de violência e pela intensa organização e burocratização das instituições sociais (Idem, *Ibidem*: 21-22).

Nesse contexto, a nova forma de vida observada, dita moderna, assumiu um caráter particularmente dinâmico, provocado principalmente por três importantes acontecimentos. O primeiro deles, segundo Giddens (2002), é o distanciamento entre tempo e espaço, que culminou em uma dimensão “vazia” de tempo; o segundo, que surge como consequência do primeiro, diz respeito a um desencaixe das instituições sociais, que o autor define como uma espécie de “descolamento” das relações sociais dos contextos locais tradicionais e sua rearticulação através de partes indeterminadas de espaço e de tempo; por fim, tem-se a reflexividade, que Giddens acredita ser a causa para que a maioria dos aspectos da atividade social e das relações materiais com a natureza sejam submetidos a novas análises, todas elas baseadas em novos conhecimentos ou informações.

Como consequência disso, e sobretudo em virtude dessa reflexividade trazida pela modernidade, o “eu” dos indivíduos está sendo bastante alterado, gerando a necessidade de um processo de exploração e construção como forma de, e por meio de um processo reflexivo, conectar as intensas mudanças e novas conexões sociais aos aspectos mais íntimos da vida pessoal dos indivíduos (Giddens, 2002: 36).

Ainda de acordo com Giddens (apud Dias, 2007: 24), tais transformações ocorridas na modernidade tardia levam a efeito uma mudança na própria identidade dos sujeitos sociais, que têm os sentidos de lugar e do “eu” profundamente afetados ou perdidos, razão por que essas intensas mudanças, segundo Dias (Idem: idem), não podem ser interpretadas sob perspectivas singulares, uma vez que têm suas raízes assentadas nas naturalizações de interesses particulares, por meio de estratégias particulares, conduzidas por pessoas específicas (grupos sociais particulares) no interior de sistemas característicos.

Exatamente por essa razão, Chouliaraki e Fairclough (apud Dias, 2007: 24) acreditam ser importante uma teorização crítica da modernidade tardia, bem como a associação dela com as teorias linguísticas, sobretudo porque esse novo contexto moderno e fragmentado é parcialmente constituído na proliferação de linguagens, ou seja, os processos sociais que levaram às mudanças observadas na modernidade também são de natureza linguística (Dias, 2007: 24).

Apoiada nessa linha de raciocínio, a ADC, que é uma ciência crítica social, busca contribuir, sempre com ênfase na linguagem, para a consciência desses processos de mudança e para a noção da vida social constituída de práticas, apresentando-se, dessa forma, como uma ciência cuja grande característica é (i) a transdisciplinaridade, já que permite o diálogo entre teorias sociais, sociológicas, educacionais, discursivas, dentre outras (Dias, 2007: 25) e (ii) o não-determinismo, haja vista que não aceita a estabilidade das estruturas sociais e dos próprios sujeitos e suas identidades, sempre em transformação na modernidade tardia.

1.2 Discurso

A confusão terminológica em relação à palavra *discurso* tem permitido que ela, por diversas vezes, apareça associada à língua, ao processo de fala, a uma sequência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, além de uma série de outros eventos linguísticos, não se mostrando, portanto, tarefa fácil atribuir a esse termo um significado rigoroso e restrito que o defina (Bakhtin, 1997: 292-293).

Exemplificando essa variedade de definições, Koch (2002: 19-20) afirma que o discurso corresponde ao texto em sua forma verbal. Assim, e segundo o autor, o termo *texto* pode ser conceituado de maneiras bastante diversas, possuindo as duas seguintes acepções:

*“em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance ou de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc., isto é, de qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, tem-se o **discurso**, atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo – como também o evento de sua enunciação. (Grifo meu)*

Associando-se a definição de Koch (2002) aos conceitos de Beaugrande e Dressler (Beaugrande e Dressler, 1981: 3) sobre texto, tem-se, portanto, que este, em seu sentido mais amplo, define-se por toda e qualquer ocorrência comunicativa composta por uma unidade formal e de sentido, ou seja, por uma unidade semântica. Por seu turno, o discurso corresponderia a qualquer passagem falada ou escrita, também geradora de um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se de um contínuo comunicativo textual (Koch, 2002: 20) que não consiste de frases, mas da realização delas, cujo resultado realiza-se na codificação de um sistema simbólico em outro (Beaugrande e Dressler, 1981: 3).

Ainda segundo Koch (idem, idem), o discurso pode também ser entendido como uma unidade semântico-pragmática, haja vista que ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre elas se estabelecem.

Todavia, e no que se refere ao texto como fator de interação social e de construção dos sujeitos e de sentidos, apenas em meados do século XX, sobretudo com a publicação do trabalho de Zellig Harris, intitulado *Discourse Analysis* (Análise do Discurso), os estudos sobre estruturas de linguagem deixaram de se voltar unicamente para a frase – unidade sintático-semântica – e passaram a ser feitos levando-se em conta estruturas de linguagem superiores – os enunciados e a enunciação. Só aí a teoria da enunciação, que relaciona discurso e subjetividade, ganhou impulso na França (Dias, 2007: 21).

Após isso, e embora os linguistas já tivessem o discurso como objeto de estudo, a tradição iniciada por Ferdinand de Saussure deu-se no sentido de que os discursos orais deveriam ser considerados unicamente para serem desprezados, uma vez que, para ele, a fala é uma atividade essencialmente individual e, por isso, qualquer estudo sistemático da língua deveria ser um estudo do próprio sistema, da *langue*, e não de seu 'uso' (Fairclough, 2001: 90).

Contrariamente a essa ideia, os sociolinguistas modificam e, segundo Fairclough, melhoram a perspectiva adotada nos estudos discursivos ao considerarem que o uso da linguagem não é uma atividade individual, mas social. Todavia, incorrem em erro, na visão do autor, quando deixam de perceber a bilateralidade entre língua e sociedade, uma vez que, para eles, somente a língua varia segundo fatores sociais (Fairclough, 2001: 90).

Elaborando conceitos que dariam início à ADC, Fairclough, então, que usa o termo discurso como sinônimo de linguagem, vai mais longe e não só

considera o uso da linguagem como forma de prática social, como vê nela a bilateralidade que muito interessa nesta pesquisa (Idem: 90, 2001).

Pare ele, os eventos discursivos específicos, sejam eles verbais (orais ou escritos) ou pára-verbais (expressões faciais, movimentos do corpo, gestos), variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são criados, ou seja, os discursos são socialmente construídos. Paralelo a isso, também acredita ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, assim como também um modo de representação. Portanto, também acredita ser o discurso não apenas capaz de construir, mas de reproduzir e mudar a sociedade (Ibidem: 90-91, 2001).

Assim, tem-se que o discurso:

“contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam ou restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades, e instituições lhe são subjacentes. O discurso é uma prática não apenas de representação de mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. “Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante.”
(Ibidem: 90-91, 2001).

Adotar esse conceito como o correto para o termo e, portanto, admitir as consequências sociais do discurso implica aceitar as conexões lógicas e dialógicas entre discurso e sociedade na modernidade tardia, o que também nos permite, aplicando-se a noção de discurso especificamente à sociedade brasileira, começar a estabelecer importantes ligações entre determinadas relações específicas desta sociedade específica, sobretudo de suas instituições particulares, e a construção das representações de mundo e das identidades dos estudantes candidatos a uma vaga no serviço público. Acredita-se aqui,

contudo, que o estabelecimento completo dessas importantes ligações requer, ainda, a compreensão dos conceitos de identidade e ideologia, bem como suas associações com o discurso adotado entre os “concurseiros”.

1.3 Identidade

Reconhecer que o mundo vem passando por um amplo processo de mudanças, bem como que “as paisagens culturais de gênero, etnia, raça, classe, sexualidade e nacionalidade que, no passado, forneciam sólidas posições para os indivíduos sociais estão sendo questionadas” (Dias, 2007: 24) leva à necessidade de se compreender a importância de se estudar a identidade.

De fato, como afirma Giddens (2002:36), “as transformações na autoidentidade e a globalização são dois pólos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade”, o que tem levado o conceito de identidade, apesar da complexidade em conceituá-lo, a ser pouco a pouco desenvolvido pelas ciências sociais contemporâneas (Hall, 2000:8), que se apóiam na tese central da descentralização das identidades modernas (Dias, 2007:28).

Adotando pensamento semelhante ao de Giddens, Hall (Silva, 2000:108), acredita ser necessário associar as discussões sobre identidades a todos aqueles processos e práticas que têm colocado em dúvida o caráter relativamente “estabelecido” da sociedade, uma vez que vários fatores, nas circunstâncias da alta modernidade, influenciam diretamente a relação entre identidade e instituições modernas (Hall, 2000: 36).

É que sendo a identidade dos indivíduos e da sociedade algo construído, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes e, portanto, sendo ela incompleta, e estando sempre “em processo” de formação (Idem, ibidem: 38), seu processo de construção e modificação certamente acompanhou os processos de globalização, que coincidem com a pós-modernidade.

Mas, afinal, o que podemos entender como identidade?

Segundo Silva (2000: 13-15), a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre pertencimento ou não a um determinado grupo; é relacional, vez que pressupõe uma “marcação simbólica”¹ relativamente a outras identidades; está vinculada a aspectos sociais e materiais; envolve os sistemas classificatórios, que deixam ver que as relações sociais são organizadas e divididas entre pelo menos dois sujeitos (nós e eles); não é unificada, tendo de ser muitas vezes negociada; e, principalmente, e aqui chamo atenção para o ponto central desta pesquisa, as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, a qual ocorreria tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social (Idem: 39).

Na verdade, sendo intrínseca aos seres humanos, os quais estão em constante modificação, a identidade também é mutante em sua essência, alterando-se e, sobretudo, construindo sentidos e formas de representação, segundo diversos fatores sociais, como deixa ver as palavras de Silva (2000:109), quando afirma que:

“as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem, da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm a ver tanto com a invenção da tradição quanto com a própria tradição”.

Todavia, a fragmentação e o deslocamento dos sujeitos presenciados na modernidade levaram os indivíduos a mudanças muito mais profundas na sua forma de se autoidentificar. Segundo Hall (2007: 87),

¹Na definição de Silva (2000), marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.

“a globalização tem, sim, o efeito de contestar e de deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas”

A pós-modernidade nos apresenta, então, uma crise da identidade sentida em âmbito global, que penetra profundamente no centro da autoidentidade e das relações pessoais, as quais se tornaram arriscadas e perigosas, haja vista que, em decorrência de certos modos de comportamento e sentimento terem entrado em colapso e se tornado móveis, instáveis e abertos, elas passaram a ser continuamente e reflexivamente construídas (Giddens, 2001: 20).

Nesse processo de reflexão contínuo, e na conseqüente (re)construção dos sistemas classificatórios, a linguagem tem, contudo, papel fundamental, haja vista que “a identidade e a diferença são o resultado de uma produção simbólica e discursiva”(Silva, 2000: 81).

Dessa forma, as identidades são construídas dentro e a partir dos discursos que, por sua vez, são produzidos em locais históricos e institucionais específicos (Silva, 2007: 109). Ou seja, os discursos contribuem não só para a construção reflexiva do eu e do conhecimento, como também para a (re)construção dos sistemas abstratos, os quais delineiam não só a nova “ordem institucional da modernidade”, como também “a formação e continuidade do eu” (Giddens apud Dias: 30), sendo que este segundo ponto muito interessa à presente pesquisa, principalmente quando associado aos conceitos de ideologia formulados por Thompson e que analisarei a seguir.

1.4 Ideologia

Definindo o conceito de ideologia, Fairclough (2000: 117) afirma que,

“as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, a reprodução e transformação das relações de dominação(...) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’.

Sobre o mesmo assunto, Thompson (Thompson, 1995: 75 e 76), outro grande pensador sobre o tema, assevera que “a ideologia estuda as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” e que, portanto, “a análise da ideologia está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com o poder”. Nesse sentido, e uma vez que está intimamente ligada ao processo de construção de símbolos, a ideologia se relaciona de forma inevitável com o discurso e com a identidade, os quais também se apoiam na ideia de “construção de sentidos”, ou seja, também se relaciona com a ADC, ciência que busca compreender as influências que discurso e sociedade, incluindo as formas de dominação existente nesta última, exercem um sobre o outro.

Todavia, fazendo conexões ainda mais profundas com a sociedade, principalmente com a questão de “classes”, a ideologia se interessa particularmente pelas construções simbólicas responsáveis por localizar e qualificar as pessoas nos diferentes campos ou instituições sociais, conferindo a elas, segundo o “local” em que se enquadrem, diferentes graus de poder (Idem, idem: 76).

Nesse sentido, falar em ideologia significa dizer que, em determinados contextos sócio-históricos, alguns fenômenos simbólicos, portanto de interesse da linguagem, estabelecem e sustentam relações de dominação que, segundo Fairclough (Idem: 78), vão além das dominações de classe. Com opinião idêntica, Thompson (1995: 80) acredita que tais fenômenos simbólicos, podem servir, em condições sócio-históricas específicas, para manter relações de dominação, ou seja, podem servir de mecanismos ideológicos, os quais se apresentariam basicamente de cinco modos diferentes:

O primeiro deles, a Legitimação, apresenta aos indivíduos relações de dominação como legítimas. Seja pela *racionalização*, que traz como legais e corretas regras excludoras, pela *universalização*, que faz crer que interesses particulares são de todos, ou pela *narrativização*, que apela para a sacralidade das tradições para manter vivas e legítimas relações de dominação, a legitimação intenciona dar a certas formas simbólicas a aparência de justas e dignas de apoio (Thompson, 1995: 82-83).

O segundo modo de operação da ideologia é a dissimulação, que também pode ser colocada em prática por intermédio de três estratégias: o deslocamento, a eufemização e o tropo, sendo que o primeiro se refere à troca de um termo por outro, conferindo a pessoas e objetos conotações que não lhe são próprias; o segundo diz respeito a valorações positivas intencionalmente conferidas para disfarçar o sentido negativo de algumas relações; e o terceiro é o tropo, que corresponde ao uso figurativo da linguagem, por meio do uso de metonímias, metáforas, sinédoques, e a conseqüente confusão ou inversão das relações existentes. Percebe-se, por meio deste modo de operação, uma tentativa de obscurecer, negar ou ocultar processos de dominação (Idem, idem: 83-84).

Um terceiro modo de operação da ideologia é a unificação, a qual busca construir, por meio dos símbolos, uma sensação de unidade entre os indivíduos, a despeito de todas as diferenças que existam para separá-los. Assim, por meio de duas estratégias, a *padronização* e a *simbolização da unidade*, determinadas formas simbólicas são tomadas como padrão e como símbolos de identidade e identificação coletivas, respectivamente, sempre com o objetivo de construir uma ligação entre os indivíduos por meio de um processo de identificação com a coletividade, com o grupo (Idem, Ibidem: 86).

O quarto modo denomina-se fragmentação. Contrariamente ao que objetiva a unificação, este modo de operação da ideologia atua segmentando a sociedade, o que faz por meio da *diferenciação* e do *expurgo do outro*, sendo que ambos buscam impedir que determinados indivíduos ou grupos desafiem as relações dominantes vigentes. Para tanto, essas estratégias associam a todos que tentam desafiar os grupos dominantes a imagem de inimigos da

coletividade, de seres maus, perigosos e ameaçadores de bens ou direitos da coletividade. (Idem, Idem: 86-87).

Por fim, o quinto e último modo de operação da ideologia é a reificação, que tenta conferir status de permanente, natural e atemporal a situações transitórias e não-naturais. Assim como a dissimulação, esta forma de ideologia se realiza por meio de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a nominalização e a passivização, as quais apagam os autores de determinadas ações reprováveis, bem como suprimem informações sobre o contexto espacial e temporal em que essas ações foram produzidas para convencer de que tais processos acontecem naturalmente e sem um sujeito específico.

Nesse sentido, ao construir significados que instituem ou mantêm relações de dominação social, as ideologias, assim como as identidades, ligam-se inevitável e diretamente com as práticas discursivas, dentre elas as que busco analisar nesta pesquisa. Com efeito, as práticas discursivas que permeiam o universo dos estudantes para concursos contribuem para a produção, reprodução e transformação de relações que, pelo menos a uma primeira vista, parecem ser de dominação.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Independente do campo do saber a que pertença, assumir o papel de um cientista exige do pesquisador conhecimentos sobre as diversas teorias metodológicas já desenvolvidas ao longo da história da humanidade e a seleção, dentre todas as perspectivas de análises possíveis, daquelas que possibilitam uma melhor investigação e elucidação dos problemas levantados no estudo.

No presente caso, e tendo em vista tratar-se de um estudo situado dentro da análise do discurso (a qual, como já se demonstrou no capítulo 1, requer a compreensão de diferentes conceitos e pressupostos teóricos), a seleção metodológica aqui realizada apontou para diferentes abordagens metodológicas, a saber: (i) a pesquisa qualitativa, com foco específico no arcabouço reformulado da ADC, na entrevista e na etnografia crítica; e (ii) a triangulação metodológica.

2.1 A pesquisa qualitativa

Diferentemente da pesquisa quantitativa, que pressupõe um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, para validar hipóteses por meio da quantificação, a pesquisa qualitativa adota uma grande variedade de métodos e recobre um amplo campo de disciplinas pertencentes às ciências humanas e sociais (Chizzotti, 2003).

Com efeito, uma vez que diversos significados podem ser atribuídos a coisas e pessoas nas interações sociais, diferentes descrições e análises e, conseqüentemente, diferentes tradições de pesquisa, bem como inúmeros pressupostos teóricos, metodológicos, além de técnicas de investigação ou objetivos de pesquisa podem ser desenvolvidos e adotados (idem).

Nesse sentido, advoga Chizzotti (Idem) que:

“Diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas inscrevem-se como direções de pesquisa, sob o abrigo qualitativo, advogando os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso e qualificam a pesquisa como pesquisa clínica, pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, teoria engendrada (grounded theory), estudos culturais etc”.

Dentre esses métodos e formas de pesquisa citados por Chizzotti, e ainda que todos objetivem desvendar, por meio da pesquisa, o contexto social e cultural, me importa nesta pesquisa aplicar o arcabouço metodológico criado por Chouliaraki e Fairclough (1999) e reformulado por Dias (2007), da análise do discurso crítica, bem como um dos tipos de pesquisa citados, a etnografia, que possui a entrevista como um de seus fundamentos.

Todavia, antes da análise pormenorizada de tais métodos e tipos de pesquisa, cumpre salientar que “para utilizar métodos qualitativos é preciso aprender a observar, a registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas” (Liebscher apud Dias, 2007: 46). É preciso, ainda, segundo o autor, descrever detalhadamente fenômenos e comportamentos, observados e colhidos de cinco diferentes dados: citações diretas de pessoas sobre suas experiências; (ii) trechos de documentos, registros, correspondências; (iii) gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; (iv) dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; e, (v) interações entre indivíduos, grupos, organizações (Idem).

Depois de colhidos, tais dados são divididos em unidades menores, “reagrupados em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos” (Bradley apud Dias, 2007: 46) e, por fim, analisados, consistindo esse processo de pesquisa, segundo Miles & Huberman (apud Dias, Idem), de três atividades interativas e contínuas:

“a) Redução dos dados – processo contínuo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes da observação de campo. Na verdade, a redução dos dados já se inicia antes da coleta de dados propriamente dita.

b) Apresentação dos dados – organização dos dados de tal forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir dos dados (textos narrativos, matrizes, gráficos, esquemas etc.).

c) Delineamento e verificação da conclusão – identificação de padrões, possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito, seguida de verificação, retornando às anotações de campo e à literatura, ou ainda reaplicando o achado em outro conjunto de dados”.

2.2 A entrevista

Para que seja considerado válido, qualquer estudo científico impescinde da adoção de metodologias específicas e do levantamento de dados, o qual, conforme visto, pode-se dar de diferentes formas, dentre elas a entrevista.

A entrevista, técnica mais utilizada no trabalho de campo e que busca coletar tanto dados objetivos como subjetivos (Boni e Quaresma, 2005: 72), é definida por Haguette (apud Idem) como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Sua preparação, segundo Lakatos (apud Boni e Quaresma, 2005: 72), é uma das etapas mais importantes da pesquisa e requer tempo e os seguintes cuidados por parte do entrevistador: (i) um planejamento da entrevista, que deve estar alinhado aos objetivos da pesquisa; (ii) a seleção do entrevistado, que deve respeitar certas condições como, por exemplo, a familiaridade dele com o tema pesquisado; (iii) a escolha do momento ideal para a entrevista; (iv) a criação de garantias ao entrevistado, principalmente no que refere ao respeito às informações prestadas e ao anonimato; e (vi) a elaboração do roteiro, formulário ou questionário a ser respondido pelo entrevistado, que devem levar “em conta a sequência do pensamento do pesquisado” (Bourdieu apud Idem, Idem).

Dentre as formas mais utilizadas de entrevista, cuja escolha, segundo Bourdieu (apud Boni e Quaresma, 2005: 76), não deve ser apenas rígida, mas rigorosa, estão: a entrevista estruturada, a semiestruturada, a aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e a entrevista projetiva (Boni e Quaresma, 2005: 72), sendo relevante destacar aqui apenas a primeira, uma vez que a análise da identidade dos “concurseiros” se deu basicamente por meio de questionário previamente elaborado por mim e entregue pessoalmente a candidatos a diversas vagas no serviço público.

2.3 O arcabouço reformulado da ADC

Desenvolvido por Chouliaraki e Fairclough (1999), o arcabouço da ADC mostrou-se um valioso instrumento a ser utilizado por analistas do discurso, principalmente por conferir ao pesquisador a possibilidade de adaptá-lo “à realidade da cada análise, o que torna possível a seleção dos tópicos que interessarem ou, até mesmo, a inversão e exclusão de outros” (Dias, 2007: 38).

Após realizar pesquisa prática em ADC que analisava o universo da parturição, Dias (2007), por sua vez, propôs diversas modificações ao arcabouço original e apresentou releitura cuja configuração podemos acompanhar por meio do seguinte quadro (Dias, 2007: 39-40):

1) Questão motivadora
2) Aprofundando a questão: a) Análise da conjuntura; (i) Conjuntura histórica (ii) Conjuntura atual b) Análise do discurso: (i) Análise interdiscursiva (ii) Análise lingüística: c) Análise das identidades;

3) Definindo os principais desafios
4) Reconfigurando a questão
5) Refletindo sobre a análise

Adotando aqui a reformulação proposta por Dias (2007), portanto, analiso (i) a questão motivadora e (ii) aprofundando a questão, associando-as com esta análise. Posteriormente, apresento a demais: (iii) definindo sobre os principais desafios, (iv) reconfigurando a questão e (v) refletindo sobre a análise – conceito e análise nas considerações finais.

a) Questão motivadora

Convencidos da interferência bilateral entre práticas sociais e discurso, e da potencialidade da linguagem de criar e manter práticas de dominação, Chouliaraki e Fairclough (1999) admitem a existência de problemas relativos ao discurso na prática social, cuja percepção, para eles, “compõe o primeiro ponto para que uma análise seja considerada como necessária” (apud Dias, 2007: 40). Tais problemas, poderiam ser localizados na prática social propriamente dita ou na construção reflexiva dela, “ou seja, nas representações que os sujeitos fazem de suas atividades que são, elas próprias, partes constitutivas de tais atividades”(Idem).

Todavia, embora Chouliaraki e Fairclough autores mencionem o termo ‘problema’ neste primeiro ponto da análise, é importante salientar que a releitura do arcabouço proposta por Dias (2007: 41) utiliza a expressão ‘questão motivadora’, sendo tal mudança explicada com o argumento de que a alteração “é produtiva no sentido de retratar o aspecto selecionado para a pesquisa sem enquadrá-lo, de antemão, como problemático” ou como negativo, mas apenas como “uma questão interessante para motivar uma análise crítica”.

Dentro deste enquadre teórico, a questão motivadora do presente estudo, que está centrada no universo dos concursos públicos, é oportunamente apresentada na introdução.

b) Aprofundando a questão

Evidenciada uma questão relativa ao discurso na prática social, é necessário aprofundar-se na análise a fim de tentar compreender as “razões motivadoras” e as “implicações estruturais” do problema observado, sendo que tal aprofundamento pode-se dar pelo menos de três formas diferentes: (i) por meio de uma análise conjuntural; (ii) por meio da análise do discurso propriamente dita; e (iii) por meio da análise das identidades dos sujeitos envolvidos (Dias, 2007: 41).

Fornecendo informações importantes sobre o contexto em que o discurso se localiza, a análise conjuntural, que se divide em conjuntura histórica e conjuntura atual, “envolve o cruzamento entre instituições, vozes e materiais que compõem” a prática social em análise, “vai além da descrição estanque do tempo e espaço que enquadra o problema” e “propicia uma visão tridimensional ao priorizar o entrelaçamento dos fatores múltiplos que caracterizam a prática em foco” (Dias, 2007: 41).

Adotando outro enfoque, a análise centrada no discurso tem como objeto de investigação a linguagem e baseia-se “na suposição de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, de modo que a análise e a pesquisa sempre têm a ver com linguagem” (Fairclough apud Dias, 2007: 41).

Por fim, a análise das identidades busca identificar e por que não dizer questionar “os diferentes papéis sociais assumidos pelos sujeitos nas diferentes posições das práticas sociais em foco”, bem como observar e compreender o processo de formação da autoidentidade dos indivíduos, o qual envolve as atividades reflexivas e interpretativas dos sujeitos (Dias, 2007: 41-42).

Diante disso, e tendo por objetivo aprofundar a questão motivadora apresentada na introdução, nesta pesquisa optei por todas as formas de análise, ou seja, (i) pela análise conjuntural, realizada no terceiro capítulo, oportunidade em que destaquei a evolução da organização do trabalho no mundo e a conjuntura de Brasília; (ii) pela análise discursiva, realizadas no primeiro capítulo, onde analisei o significado do termo discurso, associando-o com a modernidade tardia, e no terceiro e último, onde analisei os discursos propriamente ditos; e (iii) pela análise das identidades, evidenciada no primeiro

capítulo, quando conceituei identidade, e no último, quando relacionei o discurso veiculado por livros e cursinhos preparatórios, bem como dos próprios “concurseiros” ao processo de formação de identidades no Distrito Federal.

Os outros três itens do arcabouço - definindo os principais desafios, reconfigurando a questão e refletindo sobre a análise - foram apresentados na conclusão.

2.4 A etnografia

Definido como o estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc. ou como o registro descritivo da cultura material de um determinado povo², a etnografia desenvolveu-se no final do século XIX e início do século XX como uma tentativa de observação mais holística e dialética do modo de vida dos indivíduos, entendidos como atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais, e das culturas, que não seriam o mero reflexo de forças estruturais da sociedade. (Mattos, 2001).

Quase sempre associada ao nome de Malinowski, etnografia, que pode ser convencional ou crítica, “está assentada na valorização do contato do próprio pesquisador, inserido no campo de pesquisa, convivendo com os sujeitos participantes” a fim de permitir ao pesquisador não apenas atribuir, mas compartilhar significados (Dias, 2007: 44). Nesse sentido, a etnografia, denominada também de observação participante (Mattos, 2001), é uma pesquisa ‘sobre’, ‘por’ e ‘com’ os sujeitos pesquisados que requer o engajamento do pesquisador com o seu campo de pesquisa (Dias, 2007: 45).

Estabelecendo diferenças entre os tipos de etnografia, Dias (2007) afirma que:

“A etnografia crítica e a convencional compartilham de alguns aspectos, tais como a interpretação qualitativa dos

²Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0

dados, a adoção de regras etnográficas de análise, entre outros. Todavia, o engajamento com os sujeitos pesquisados é muito mais evidente na etnografia crítica, pois sua preocupação centraliza-se na mudança social a partir dos questionamentos levantados. Ela invoca a consciência crítica cujos objetivos emancipatórios afastam os sujeitos da repressão. As restrições são, entretanto, necessárias em qualquer organização social, mas há determinadas regras que não são positivas e nem importantes.”

Todavia, segundo Cameron (apud Dias, Idem), a relação entre pesquisador e pesquisado deve-se construir segundo os princípios da ética, devendo o pesquisador “evitar a exploração dos dados obtidos e ainda preocupar-se com a privacidade dos sujeitos de modo a assegurá-la”. Outra função do etnógrafo é despertar os indivíduos para o “processo de domesticação a partir dos mecanismos de controle e poder, os quais estabelecem o senso comum ideológico e a hegemonia” (Dias, Ibidem).

Por fim, *Cameron et al.* (Dias, 2007: 45) informa três princípios da pesquisa etnográfica, que é uma pesquisa engajada:

“(i) a utilização de métodos interativos, dialógicos, colocando a tecnologia de pesquisa à disposição dos sujeitos pesquisados; (ii) a tentativa de tratar das necessidades dos sujeitos de pesquisa; (iii) um comportamento dos conhecimentos do(a) pesquisador(a) com os(as) pesquisados(as), dando-lhes acesso direto ao conhecimento acadêmico”.

2.5 A triangulação metodológica

A triangulação, noção originária da navegação e da topografia, “é frequentemente entendida como um método para fixar uma posição” (Cox e Hassard apud Duarte, 2009: 10) ou, mais precisamente, para estabelecer a posição de um ponto desconhecido por meio da observação de pelo menos outros dois pontos, cuja posição já se conhece (Duarte, Idem: Idem).

Aplicado às ciências humanas, contudo, o termo triangulação assume um significado menos literal e geométrico, sendo compreendido como “uma forma de *operacionalismo múltiplo ou validação convergente*” usada “para descrever múltiplas tecnologias de coleta de dados destinadas a medir um conceito ou construto singular, único (*triangulação de dados*).” (Dias, 2007: 47).

Segundo Berg (apud Dias, Idem: Idem), de fato “os métodos revelam diferentes facetas de uma realidade simbólica determinada, como se fossem diferentes lentes para focalizar o mesmo fenômeno social e simbólico”. Nessa perspectiva, a combinação de diferentes visões permite uma reunião mais completa de dados e métodos, o que culminaria em interpretações menos parciais e, conseqüentemente, em uma percepção menos tendenciosa da realidade (Dias, Idem: idem).

Desenvolvendo melhor o termo, Denzin (apud Duarte, Idem: 11-12) descreve quatro tipos diferentes de triangulação:

- a) *Triangulação dos dados*: refere-se à escolha de dados recorrendo a fontes colhidas em diferentes lugares, tempos e de diferentes indivíduos (Idem);
- b) *Triangulação do investigador*: vários investigadores colhem dados sobre um mesmo fenômeno, independentemente uns dos outros, e procedem à comparação dos resultados. Busca-se, aqui, comparar a influência dos vários investigadores sobre os resultados da pesquisa (Idem);
- c) *Triangulação teórica*: utilização de diferentes teorias para interpretar um mesmo conjunto de dados (Idem);
- d) *Triangulação metodológica*: adoção de múltiplos métodos para analisar um mesmo problema. Há dois tipos: a triangulação intermetodológica – que envolve a utilização de um mesmo método e o emprego de múltiplas estratégias dentro daquele método para a análise dos dados – e a triangulação trasmetodológica– que pressupõe a combinação de diferentes métodos para analisar o mesmo objeto de estudo, de forma que “os fluxos limites de um

método combinam com os de outro, tirando o melhor de cada um deles” (Dias, 2007: 47).

Especificamente ao que se refere ao último tipo, ou seja, à triangulação metodológica, há, ainda, quatro princípios que a norteiam:

“1) Nas investigações trianguladas, os métodos são combinados para reduzir, tanto quanto possível, as ameaças à validade interna e externa da pesquisa. A triangulação permite a combinação das percepções dos sujeitos com suas interpretações.

2) O método precisa ser selecionado com um olhar sobre sua relevância teórica. Para maximizar o valor teórico dos estudos, investigadores precisam selecionar seus métodos mais poderosos, combinando-os com outros que, inicialmente, não pareçam apropriados.

3) O pesquisador precisa ser flexível na avaliação dos seus métodos. Cada ação no campo fornece novas definições, sugere novas estratégias e contínuas modificações do esboço inicial de pesquisa.

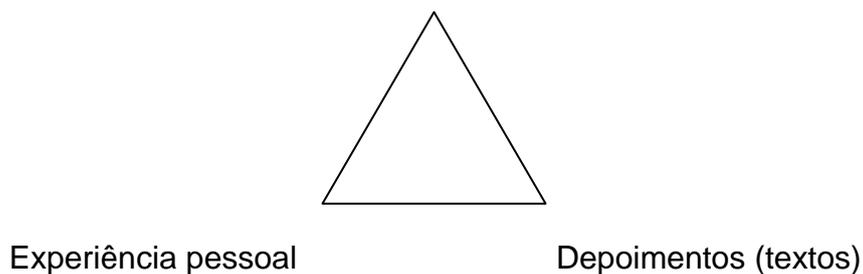
4) Nenhuma investigação deveria ser vista como um modelo estático. O pesquisador precisa estar pronto para alterar suas linhas de ação, mudar métodos, reconceituar problemas e começar de novo, se necessário for” (Dias, 2007: 48).

2.6 Coleta de dados e constituição do corpus

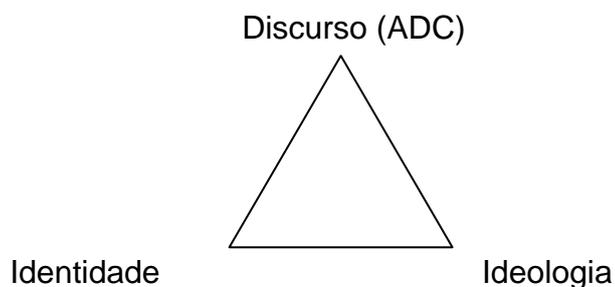
Com base nos conceitos de triangulação metodológica apresentados no item anterior, nesta pesquisa busquei triangular os dados da seguinte forma:

a) Primeiro, e no que se refere à coleta de dados, apoiei-me na etnografia crítica, ramo da pesquisa qualitativa, e selecionei três tipos de instrumentos de coleta, conforme represento a seguir:

Entrevista estruturada (questionário)



- c) Segundo, e no que tange à análise dos dados, relacionei os seguintes conceitos:



No que se refere aos dados, a coleta realizada na presente pesquisa utilizou-se das seguintes estratégias: 1) diário de campo; 2) pesquisa de base documental; e 3) etnografia crítica por meio 3.1) de entrevista, 3.2) de análise de textos na internet.

Alguns familiares próximos estão matriculados em cursos preparatórios para concursos, ambos localizados em Brasília. Além disso, outros membros mais distantes da família e uma grande quantidade de amigos, apesar de não estarem regularmente matriculados em um curso específico, se dedicam aos estudos diariamente, visando uma vaga no serviço público, razão pela qual pude colocar em prática, desde o início da pesquisa e sem grandes dificuldades, a primeira das estratégias citadas, haja vista que convivo de forma muito próxima com o principal objeto desta pesquisa, que são os concurseiros.

Nesse contexto, e consciente da minha posição investigativa, por diversas vezes, realizei, de forma bastante informal, perguntas relacionadas com o problema levantado nesta tese, tendo obtido respostas bastante sinceras e descontraídas, uma vez que as pessoas não sabiam o propósito das questões ou mesmo que suas respostas estavam sendo avaliadas por mim. Outras vezes apenas observei criticamente comentários, diálogos e desabafos, sem realizar qualquer tipo de pergunta ou orientar a conversa.

Passando para a segunda estratégia, realizei pesquisa bibliográfica em livros e sites da internet.

No que diz respeito à entrevista estruturada, pertencente a terceira e última estratégia, e devido ao fato de os familiares próximos estarem frequentando cursos preparatórios, conforme mencionado, solicitei que eles aplicassem os questionários. Nota-se, aqui, que a escolha dos locais de aplicação dos questionários não foi aleatória, mas motivada pela facilidade com que os questionários poderiam chegar ao público-alvo, bem como pela confiança que os entrevistados teriam nos aplicadores, que eram seus colegas de classe. Essa escolha do local para a entrevista, como se vê, guarda semelhanças com a da primeira estratégia (diário de campo), uma vez que neste o local, ou seja, meu ambiente familiar, também foi escolhido devido à facilidade de obtenção de informações e à confiança e à naturalidade que os observados possuíam comigo e diante de mim.

Ainda na última estratégia, e após leituras, estudos e análises, passei à escolha dos textos veiculados na internet, os quais foram selecionados por serem voltados para os “concurseiros” e por possuírem um caráter motivacional. Assim, os textos mais interessantes foram selecionados do site de um professor de renome em Brasília – Rogério Neiva - e de um curso preparatório específico também bastante conhecido na cidade – o Grancursos.

Nesse sentido, tem-se que o *corpus* foi constituído basicamente por meio da seleção, realizada entre os dias treze e dezessete de junho de 2011, de textos escritos - quatro (04) textos propriamente ditos e seis (06) questionários -, uma vez que os textos orais não foram gravados ou anotados,

servindo apenas para orientar a pesquisa, bem como o recorte metodológico a ser realizado.

Dentre os textos propriamente ditos selecionados, três (03) textos foram escritos pelo professor mencionado, que também é autor de vários livros voltados para “concurseiros”, e os outros três (03) são relatos de “vitoriosos”, ou seja, de ex-candidatos que conseguiram sua aprovação. Sobre tais relatos, aliás, notei durante a pesquisa que a maioria dos sites e blogs voltados para “concurseiros” se utilizam desse recurso para incentivar os candidatos ao mesmo tempo que divulgam seu produto.

No que se refere ao questionário, cada um dos aplicadores distribuiu, de forma aleatória, três questionários em suas salas de aulas, localizadas no Grancursos e na LFG, ambos cursos preparatórios para concursos, tendo quatro (04) mulheres e dois (02) homens respondido o questionário.

Assim, e, em síntese, o *corpus* foi composto de três categorias de textos:

- a) textos dos “concurseiros” (questionário)
- b) textos de já concursados (testemunhos)
- c) textos do professor (textos informativos e motivacionais)

3. ANÁLISE CONJUNTURAL, DISCURSIVA E IDENTITÁRIA

Ao longo da sua história, a humanidade vem passando por intensas mudanças, seja na forma de se organizar geográfica e politicamente, seja na maneira de se expressar cultural e ideologicamente, o que tem levado os indivíduos a novas experiências, sentimentos, pensamentos e discursos (Harvey, 2007).

Diante desse contexto, qualquer posicionamento crítico a respeito dos discursos veiculados pelos orientadores de concursos públicos pressupõe a compreensão da evolução, sobretudo após as revoluções industriais, da sociedade moderna e das novas práticas sociais e de trabalho surgidas, o que envolve compreender, também, os novos papéis construtivos e reprodutivos de conceitos, bem como as novas relações e identidades sociais, conforme abordado no capítulo 1.

Na ADC, tem-se por objetivo apresentar a análise de discurso crítica do corpus selecionado. Nesse sentido, analiso a conjuntura em que tais discursos são produzidos, apresento o corpus da pesquisa, identifico as marcas linguísticas presentes nos textos selecionados e analiso os dados em conformidade com os fundamentos teóricos e metodológicos já apresentados nesta pesquisa, sobretudo no que se refere ao arcabouço reformulado da ADC, apresentado por Dias (v. capítulo 2).

Para tanto, inicio a análise com a apresentação da conjuntura histórica, que, apenas para fins didáticos, divido em três momentos: a evolução da organização do trabalho, a atualidade e atualidade em Brasília. Em seguida, faço uma análise do discurso, oportunidade em que destaco os seguintes aspectos linguísticos e discursivos:

** Monofonia

** Seleção lexical

Por fim, faço uma análise da constituição da identidade na voz dos “concurseiros”, objetivando identificar as representações das identidades

sociais construídas e possíveis interferências dessas atividades em outras, as dos funcionários públicos, bem como a análise da ideologia.

3.1 Análise da conjuntura

Em uma pesquisa, a análise da conjuntura possibilita que uma observação mais atenta sobre as práticas da qual o discurso faz parte seja realizada. Em razão disso, o objetivo dessa análise é apresentar o contexto em que se situa o discurso em questão, admitindo-se que não apenas uma, mas diversas interpretações podem ser feitas.

3.1.1 A evolução da organização do trabalho

Iniciada em 1780, na Inglaterra, a primeira revolução industrial inaugurou, num primeiro momento, o modo de produção fabril (na época, representado principalmente pelas indústrias têxteis), o que resultou não apenas em um intenso desenvolvimento tecnológico, marcado pela criação da máquina de fiar, do tear mecânico, da máquina a vapor, da ferrovia (Meira, 2008), além de diversas outras máquinas, mas também no aparecimento de novas relações sociais e de trabalho.

Posteriormente, e em razão de todos os avanços tecnológicos e industriais vivenciados, os quais mobilizavam um grande número de trabalhadores e, portanto, de mão de obra, e colocavam uma infinidade de mercadorias à disposição da população para serem consumidas, a primeira revolução industrial contribuiu para a ascensão do liberalismo econômico, proposta por Adam Smith e David Ricardo, os quais defendiam, visando a expansão do sistema industrial, a livre concorrência, a limitação da intervenção do Estado, a geração de empregos e o crescimento da produção e do consumo. (Idem, Idem).

Adam Smith propôs, ainda, a divisão do trabalho como fonte de riqueza material (Cerqueira, 2004), tendo em vista que, para ele, o aprimoramento da destreza e habilidade do operário em uma única atividade tornava a sua realização muito mais simples, aumentando, assim, a quantidade da produção, uma vez que o operário não precisava ser hábil em várias funções e nem desperdiçaria tempo passando de um tipo de tarefa para outro (Meira, 2008).

Tais ideias alteraram sobremaneira o sistema de funcionamento da economia e dos meios de produção até então vigentes, o que culminou, anos mais tarde, nos Estados Unidos, em uma segunda revolução industrial, não mais voltada para o setor têxtil como a primeira e, sim, para o setor automobilístico, mas cuja base organizacional centrava-se na produção em série, nas linhas de montagem, na rigidez, na especialização e separação gerência-execução. A esse novo paradigma de produção e modelo de organização do trabalho, cuja origem remonta ao pensamento desenvolvido de Smith, deu-se o nome de taylorista-fordista, cujos princípios básicos, segundo Cattani (Apud Meira, 2008), são:

“a separação de quem planeja as tarefas e de quem as executa; a intensificação da divisão do trabalho em tempos e movimentos, decompondo o trabalho em tarefas bastante elementares e simplificadas, alcançando um método eficiente para a execução delas; e o controle do tempo na jornada de trabalho, eliminando o tempo ocioso. Além desses princípios, o modelo também valorizou o estímulo à remuneração por desempenho individual, ou seja, cada operário recebia por quantidade de peças produzidas, conseqüentemente, aumentava a produção.”

Discípulo de Taylor, o industrial Henry Ford organizou a sua produção de carros segundo o modelo Taylorista e alcançou um crescimento surpreendente na produtividade. Todavia, se por um lado Ford inovou na organização do trabalho e trouxe benefícios, tais como o desenvolvimento de produtos em escala industrial, a produção de mercadorias de boa qualidade, a ideia de repartição, com os empregados, de uma parte do controle acionário da fábrica, o estabelecimento de um salário mínimo de cinco dólares por dia e da jornada de trabalho diária em oito horas, por outro o método fordista também se

apresentou como um sistema de produção baseado no trabalho rotinizado, fragmentado e intelectualmente desprestigiado (Meira, 2008).

Tal modelo, taylorista-fordista, vigeu até os anos 70, década em que, em virtude da crise do petróleo ocorrida em 1973, surgiu no Japão, país que buscava sua reconstrução após a derrota na Segunda Guerra Mundial, um novo modelo de produção, denominado toyotista ou japonês, caracterizando o que se chamou de terceira revolução industrial.

Esse novo modelo, aplicado principalmente nas indústrias de automóveis e eletroeletrônicas, baseou-se no desenvolvimento das telecomunicações, de computadores de última geração, da robótica, de sistemas integrados, dentre outras inovações, e caracterizou-se por um modelo de produção mais flexível, cujas exigências, segundo Kenzer (Apud Meira, 2008) eram:

a capacidade de comunicar-se adequadamente, através do domínio dos códigos e linguagens incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (p.129).

3.1.2 A atualidade

A terceira revolução industrial foi marcada por um intenso desenvolvimento tecnológico, o que levou não só o Japão, mas a grande maioria dos países do globo a experimentar mudanças revolucionárias no processo produtivo e organizacional da produção, bem como a realizar

descobertas e a produzir máquinas que elevaram a qualidade de vida da população mundial como um todo.

Todavia, as consequências advindas dessas intensas transformações na produção, impulsionadas também por um mercado cada vez mais consumidor, também apresentaram um lado bastante negativo, uma vez que se observou a substituição da mão de obra humana por máquinas, capazes de produzir mais com menos custo, e a gradual eliminação da oferta dos empregos (Catani, Oliveira e Dourado, 2001). Assim, e diante desse novo quadro de busca intensa pela produtividade, de grande concorrência e de escassez de ofertas de trabalho, os requisitos de permanência no mercado de trabalho tornaram-se cada vez maiores e complexos, haja vista que as empresas, especialmente as transnacionais, passaram a exigir cada vez mais qualificação dos recursos humanos e, conseqüentemente, passaram a exigir o aumento da qualidade dos conhecimentos produzidos, o que conferiu à formação e à produção do conhecimento grande relevância nos dias atuais (Chesnais apud Catani, Oliveira e Dourado, 2001).

Nesse contexto, o único setor, segundo Rifkin (apud Catani, Oliveira e Dourado, 2001), que manteria seus postos de trabalho, escapando da tendência atual à redução da força de trabalho global, seria o do conhecimento, o qual se comporia de uma minoria emergente e intelectual, já que são poucos os que têm acesso à informação e ao conhecimento, ao passo que ao restante marginalizado da população caberia os subempregos ou mesmo nenhum lugar no mercado de trabalho. Essa diferenciação entre trabalhadores intelectuais e braçais ultrapassou as questões inerentes às atividades exercidas pelos indivíduos e passou a se referir à significação social do trabalho nas relações sociais.

Assim, sob o argumento de que o mercado de trabalho não tem como absorver funcionários sem qualificação e de que só há lugar para quem possui boa formação intelectual, o novo modelo industrial e, conseqüentemente, econômico que emergiu após as revoluções industriais fez nascer uma supervalorização não apenas profissional, mas social dos indivíduos considerados intelectuais, o que nos leva a inferir que na outra ponta deu-se a

desvalorização profissional e social de todos aqueles que não possuem o grau de formação exigido por um mercado de trabalho fortemente competitivo.

3.1.3 Atualidade em Brasília

Foco desta pesquisa, a cidade de Brasília - cuja importância política favorece e sempre favoreceu a oferta de cargos públicos, por um lado, e cuja ausência de fábricas ou indústrias inviabiliza ainda hoje a oferta de funções mais técnicas, por outro - desde a sua criação caracterizou-se pela prestação de serviços, fossem eles direcionados para o setor público ou para o privado.

Todavia, nos últimos anos a capital passou a se destacar pela grande quantidade de novas instituições de ensino superior (o que revela que a educação tem sido um investimento cada vez mais lucrativo para os empresários do setor), além de diversos cursos preparatórios, o que não só tem colocado cada vez mais profissionais com altos níveis de formação no mercado de trabalho brasileiro, como tem contribuído para que Brasília se torne a cidade-alvo para todos os estudantes do Brasil que desejam concorrer a uma vaga no serviço público.

Como consequência dessa migração para a cidade e desse “boom” de instituições de ensino, o que se vê é uma valorização cada vez mais crescente das profissões públicas, ditas intelectuais, já que os certames exigem o domínio de uma quantidade elevadíssima de conhecimentos na tentativa não apenas de classificar os melhores candidatos, mas de eliminar essa quantidade cada vez mais crescente de interessados.

“Ser concursada não foi uma opção, mas uma necessidade. Brasília não tem estrutura adequada para empregabilidade na esfera privada e a estabilidade e os bons salários na esfera pública são muito atraentes.”

3.2 Análise do discurso

A análise de discurso volta-se ao mesmo tempo para a estrutura de um discurso, assim como para todas as especificidades da interação em que ele é ou foi criado e para as que ele possibilita sejam criadas, sendo fundamental considerar não só o que está posto no texto, ou seja, visível e claro, mas aquilo que está pressuposto, ou seja, tudo que pode ser inferido a partir da leitura do discurso (Dias, 2007: 131-132).

Em virtude disso, e segundo Fairclough (apud Dias, 2007: 131), são três os elementos a serem investigados em uma análise do discurso: i) a produção, que compreende não apenas os produtores, mas tudo que explica o processo produtivo, tal como as intenções, os valores e a posição institucional dos produtores; ii) o texto propriamente dito; e iii) a recepção, que inclui não apenas os receptores da mensagem, mas tudo aquilo que pode interferir no processo de recepção, tais como os valores e conhecimentos que os receptores possuem, ou as posições por eles ocupadas na sociedade.

3.2.1 A prática social em análise

Conforme visto no capítulo 1, a vida em sociedade compõe-se de diversas práticas sociais que se articulam, sendo o discurso uma delas.

Na verdade, ao mesmo tempo em que consistem em uma prática social, os discursos, que sofrem influência das mais diversas práticas, sendo constituídos por elas, são fatores de interação e da construção reflexiva de sentido, o que interfere não só na composição de outras práticas sociais, como também na construção dos próprios sujeitos.

Assim, se cada momento da prática internaliza os outros momentos de outras práticas sem que um seja redutível ao outro (Dias apud Chouliaraki e Fairclough, 2007: 133), as práticas discursivas, que são práticas sociais, internalizam diversas outras práticas, sem se reduzir a elas, razão porque, e de acordo com Dias (2007: 133) analiso quatro principais momentos de uma prática e a relação de internalização que os constituem: (i) a atividade material (vozes e marcas no papel); (ii) as relações sociais e processos (relações, poder

e instituições); (iii) o fenômeno mental (crenças, valores e desejos) e, finalmente, (iv) o discurso.

No que tange aos concursos como atividade material, sabe-se que após a terceira revolução industrial o mundo se tornou cada vez mais tecnológico e mais exigente em termos de qualificação da mão-de-obra. Nesse contexto, todos os setores, inclusive o público, que ainda oferece garantia de estabilidade aos trabalhadores, passou a exigir cada vez mais conhecimentos de seus funcionários, seja porque as funções de fato se tornaram mais complexas, seja porque, diante do grande interesse dos indivíduos por tais cargos, tornou-se necessário dificultar ao máximo os processos seletivos, visando escolher os “melhores” e viabilizar a segurança das seleções.

Todavia, e levando-se em conta as relações sociais e processos, o quadro de intensa concorrência que se delineou no mundo conferiu à Capital Federal características muito peculiares e bastante distintas da cidade de São Paulo, por exemplo, onde o setor privado possui muito mais prestígio, fato que se deve à seguinte razão: como dito, Brasília não oferece grandes possibilidades no setor privado, o que fortaleceu ainda mais a diferença entre as funções exercidas pelos indivíduos, haja vista que a distância entre intelectuais e servidores públicos foi estreitada, agregando-se mais prestígio e poder para quem pertence ao setor público e, conseqüentemente, menos prestígio e poder para quem não é servidor público e, portanto, carente do mesmo grau de intelectualidade e importância para o mercado de trabalho que aqueles que conseguiram uma aprovação.

“O mais importante para se conseguir a aprovação é tentar ser o melhor”

Contribuindo para esse processo de diferenciação³, os incentivadores dos “concurseiros” e, conseqüentemente, dos próprios concursos públicos, se proliferaram e levaram com eles o discurso de que os aprovados são especiais e vencedores.

³ Conforme mencionado no capítulo 1, dentre os modos de operação proposto por Thompson (2009) está a diferenciação, que acredito estar presente, ainda que de forma inconsciente, no discurso dos incentivadores dos “concurseiros”.

Diante disso, e no que diz respeito às crenças, valores e desejos, observo um interesse cada vez maior por parte dos indivíduos de fazer parte desse grupo de “vencedores”, cujos cargos públicos além de oferecerem bons salários, em alguns casos, e estabilidade, oferecem ainda uma posição social diferenciada dentro da sociedade, já que, conforme dito, tem-se construído a crença de que quem consegue a aprovação em um concurso público é intelectualmente melhor desenvolvido.

Por fim, no que se refere ao elemento discurso, observei que a grande exigência de conteúdos e, conseqüentemente, de conhecimentos imposta pelas bancas examinadoras (que, por sua vez, refletem a característica de intensa concorrência existente não só mercado de trabalho, mas em todas as áreas da vida social atual) levou não só os diversos cursos preparatórios de Brasília, mas também todos aqueles que incentivam os “concurseiros”, seja por livro ou blog, a produzir e veicular um discurso muito semelhante àquele encontrado em livros de autoajuda, nos quais as experiências do público-alvo são supervalorizadas e as vozes dos produtores dos discursos são legitimadas pela experiência, uma vez que quem fala já “padeceu” daquele “mal” e “venceu”, como se a fase de preparação para um concurso público fosse uma doença e a aprovação, a cura.

“penso que nenhuma outra fase da vida se compara com a da preparação para o concurso público”

“trata-se de um momento ímpar na vida de uma pessoa e certamente apenas consegue dimensionar suas causas e efeitos aquele que por essa fase já passou.”

Evidentemente, não há qualquer problema em se produzir discursos que procuram aumentar a autoestima dos indivíduos, principalmente se considerarmos as estatísticas, cujos números revelam que a população mundial sofre cada vez mais com doenças de ordem psíquica e emocional, frutos da estressante vida moderna que atinge a todos.

Todavia, tendo em vista o público para quem esses discursos são voltados, ou seja, para os futuros profissionais do serviço público (de quem se

espera a prestação de bons serviços), a elaboração e divulgação de um discurso que busca, a fim de incentivar os estudantes a não desistir de serem aprovados, valorizar a carreira pública e, conseqüentemente, os servidores públicos, têm contribuído para fortalecer a ideia de que quem pertence ao “mundo público” não é apenas intelectualmente privilegiado, como também mais feliz.

“Certo é que não passa a preparação para o concurso público de uma fase (...). Uma coisa é certa, os resultados são sempre positivos”.

“A aprovação num concurso público não é apenas uma conquista do estudioso, mas também de seus familiares mais próximos, como filhos, esposa ou esposo, pai ou mãe (...).”

3.2.2 *Análise linguística*

Verifico no presente item as marcas discursivas e linguísticas que acredito serem importantes para a análise do corpus, que faço com base em duas categorias analíticas: a monofonia e a seleção lexical.

3.2.2.1 *Monofonia*

Se por um lado a polifonia se caracteriza pela presença de vozes polêmicas em um discurso, a monofonia refere-se à existência de uma voz que domina as outras vozes (Rechdan, 2003). Assim, enquanto uma apresenta diferentes vozes que se opõem, deixando ver diversos pontos de vista, a outra diz respeito a uma única voz, ou conjunto de vozes, que se orienta em um único sentido.

Recorrentemente utilizada no universo dos concursos públicos, a monofonia é perceptível quando, a partir da análise dos discursos, observamos

que aos livros, sites ou blogs só interessa um conjunto de vozes: o dos funcionários públicos e ex-concurseiros que por meio de testemunhos relatam sua trajetória “vitoriosa”.

“Uma trajetória de êxito: Relato do candidato que conquistou a aprovação”

Nome do candidato de êxito: Ercias Rodrigues de Souza

Fred Carlos, primeiro colocado no Ministério da Integração
--

Essa renúncia será muito gratificante depois do objetivo alcançado”.
--

Nesse sentido, e embora o discurso voltado para os “concurseiros” se componha de um conjunto de vozes, o que teoricamente significaria a apresentação de várias posições sobre um assunto, todas as vozes apresentam um único ponto de vista: o de que a aprovação é um sinônimo de vitória e de satisfação. Aos não aprovados, então, ou mesmo àqueles que possuem motivos convincentes para não fazerem parte do serviço público, nenhuma voz é dada, haja vista que isso significaria colocar em risco a eficiência do processo de preparação para um concurso, bem como o interesse por livros, apostilas e cursos preparatórios, cujos preços cada vez estão mais elevados.

A simples aprovação, portanto, confere o direito de dizer e ser ouvido aos “vitoriosos” (que passam a ser vistos como autoridades no assunto e cuja trajetória passa a ser referência para os demais), bem como legitima seus discursos, os quais recebem o status de um discurso válido dentro da sociedade.

3.2.2.2 *Seleção lexical*

Em uma análise discursiva, é de fundamental importância investigar as relações semânticas existentes nos discursos, bem como se tais relações de

sentido contribuem ou não para a construção de outras relações – por exemplo, as de poder - dentro da sociedade em que os discursos são construídos ou veiculados.

Em se tratando dos concursos públicos, observei, nos discursos veiculados pelos incentivadores dos “concurseiros”, que há uma grande ocorrência dos termos “sonho”, “sucesso”, “conquista”, “valer a pena”, e “vitória”.

“A aprovação num concurso público não é apenas uma conquista do estudioso, mas também de seus familiares mais próximos”

“Dediquei um mês de estudo para este concurso e hoje percebo o quanto valeu a pena.

“Não se pode esconder, é claro, que se de um lado os familiares representam pessoas importantes no traçado do caminho do sucesso, ante a torcida e a oração que fazem pelo sucesso do estudioso, de outro constituem verdadeiros obstáculos a serem vencidos por este, eis que muito exigem (...)”

Com efeito, alguns cargos públicos oferecem remunerações bastante atraentes e, conseqüentemente, um nível elevado de vida. No entanto, ao comparar a aprovação com a realização de sonhos, que acreditamos serem intangíveis, ou mesmo com a ideia de vitória, os produtores desses discursos associam o setor público com sensações de vitória e de orgulho, ou seja, com conceitos positivos, supervalorizando-o, o que pode i) culminar em um processo de associação entre o setor privado e sensações de derrota e de baixa autoestima, ou seja, com sensações negativas; ii) determinar a formação da identidade primeiro dos “concurseiros”, conforme analiso a seguir, e talvez a dos funcionários públicos; e iii) fortalecer a diferenciação entre funções ditas intelectuais e não intelectuais, favorecendo a criação de relações de poder.

3.3 Análise da identidade e da ideologia

Diante da conjuntura atual de Brasília, observei aspectos importantes a respeito da constituição das identidades dos estudantes de concursos, e cuja formação pode, ao meu ver, acabar interferindo na formação da identidade dos profissionais do serviço público. Por isso, destaco a seguir as marcas discursivas das identidades assumidas pelos “concurseiros”.

3.3.1 *Construção da identidade dos “concurseiros”*

Ao analisar a sociedade moderna, que abandonou o modo tradicional de pensar e agir, abrindo-se para um futuro problemático, fragmentado e deslocado, Giddens observa que “a noção de risco se torna central”, o que gerou nos indivíduos uma necessidade de colonização do futuro por meio do controle do tempo e do monitoramento regular e detalhado dos riscos. (Giddens, 2002: 106).

Em Brasília, e por influência de um mercado de trabalho exigente e que oferece poucas oportunidades no setor privado, essa noção de risco e a busca pelo seu monitoramento é bastante presente, uma vez que ao se sentirem extremamente amedrontados diante dos riscos de desemprego, de pobreza e do não prestígio intelectual e social os estudantes são levados a querer eliminá-los por meio da aquisição de um cargo no serviço público, que ainda hoje oferece certa estabilidade.

Nesse contexto, e em virtude da grande quantidade de conhecimentos exigidos pelas bancas examinadoras, que dificultam cada vez mais as aprovações dos candidatos e a eliminação dos mencionados riscos, o que se observa é que na fase de preparação os estudantes se sentem enfraquecidos por um lado, a ponto de colocar sua inteligência em xeque. Por outro lado, todavia, os candidatos se sentem muito fortalecidos e seguros, face à ideia disseminada pelos orientadores de que uma vida de sucesso os espera caso eles se integrem àquele grupo de pessoas, o grupo dos “concurseiros” e, posteriormente, o dos servidores públicos.

Assim, perguntados se alguma vez já haviam se sentido pouco inteligentes ou inferiores por ainda não terem conseguido uma aprovação, alguns candidatos responderam o seguinte:

“Muitas vezes. Cada concurso que não passo, sempre sinto-me inferior ou pouco inteligente.”

“Sim, Posso citar todas as vezes que vou fazer a prova de qq concurso e não me saio bem.”

Entretanto, uma vez aprovados, há incentivos para que a sensação de inferioridade dê lugar aos sentimentos de confiança e orgulho, sendo a maior prova disso a abertura de canais de comunicação, nos sites de concursos preparatórios, para que os “vitoriosos” postem seus depoimentos, deem as suas dicas para se chegar ao sucesso e sejam admirados e seguidos por terem realizado aquilo que tantos desejam e não conseguem, mesmo sendo tão humanos quanto os demais.

A publicação de tais depoimentos, todavia, vai além da valorização dos aprovados, uma vez que ela objetiva (e na maioria das vezes consegue) desenvolver nos candidatos o constante desejo de pertencimento a esse grupo de “vitoriosos”, de unificação pela capacidade de ser vitorioso. Ocorre que vitoriosos sempre pressupõe derrotados, o que (i) nos deixa ver que a identidade dos “concurseiros” tem sido construída de modo a marcar diferenças entre indivíduos bem e mal-sucedidos e o que (ii) nos remete a uma estratégia de dominação, qual seja, a fragmentação, que atua estabelecendo diferenciações e expurgando o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, a sociedade passou por grandes transformações que alteraram significativamente a forma como os indivíduos - modernos, fragmentados e deslocados, sobretudo reflexivos - passaram a se autoidentificar. E uma vez que a linguagem possui um papel fundamental nesse processo de reflexão contínuo e na conseqüente (re)construção dos sistemas classificatórios, incluindo-se nesses sistemas as identidades e as diferenças, as quais resultam de uma produção simbólica e discursiva, os estudos sobre a linguagem assumiram um lugar de grande importância na modernidade.

Uma dessas grandes modificações pela qual a humanidade passou se deu no campo profissional, sobretudo após as revoluções industriais e o intenso desenvolvimento tecnológico, os quais foram responsáveis pela substituição da mão-de-obra humana por máquinas, pela diminuição dos postos de trabalho, pela geração de uma intensa concorrência e pela valorização dos setores do mercado ditos intelectuais. Todas essas conseqüências no mercado de trabalho podem ser facilmente observadas em vários lugares do planeta, mas Brasília, conforme estudado, tem apresentado características bastante peculiares a esse respeito.

Sede dos órgãos jurídicos e administrativos mais importantes do país, a Capital Federal do Brasil oferece grandes e boas oportunidades no serviço público, o que tem impulsionado de uma forma bastante intensa a proliferação de instituições de ensino superior (que também acontece no restante do país, só que em uma escala menor) e de cursos preparatórios para concursos, os quais não só oferecem ao mercado de trabalho da cidade profissionais cada vez mais especializados e intelectualizados, como também intensificam o discurso de valorização das carreiras públicas como forma de incentivar o interesse pelos serviços educacionais oferecidos por essas instituições.

Diante desse quadro profissional e educacional, então, Brasília tem se constituindo cada vez mais de uma população muito pouco interessada no setor privado - onde a noção de risco, trazida pela modernidade, e a de baixa

qualificação dos profissionais são muito mais presentes - e cada vez mais desejosa de integrar a esfera pública - onde a estabilidade oferecida no funcionalismo público representa a segurança que de os indivíduos modernos tanto necessitam atualmente e onde teoricamente estariam alocados os funcionários mais bem preparados intelectualmente e, portanto, com mais prestígio. Prova disso é o aparecimento de uma nova classe de indivíduos costumeiramente denominada de “concurseiros”, para quem são destinados diversos discursos de cunho motivacional muito semelhantes aos textos de autoajuda, haja vista que objetivam aumentar a confiança e a autoestima dos candidatos que buscam realizar o “sonho” de serem aprovados.

A produção de discursos no sentido de aumentar a autoconfiança e de associar a aprovação com determinados termos como “sucesso” ou “vitória”, no entanto, pode eventualmente gerar consequências negativas na formação da autoidentidade dos “concurseiros”, uma vez que tais associações possibilitam a criação de uma classe de pessoas que acredita ser vitoriosa e bem-sucedida, bem como de produzir ainda mais diferenciações entre os indivíduos, haja vista que vitoriosos pressupõem derrotados e pessoas bem-sucedidas pressupõem a existência de outras mal-sucedidas. Assim, nessa lógica simples de diferenciação entre “bons” e “ruins”, de um lado estariam os funcionários públicos, profissionais valorizados e prestigiados por sua capacidade intelectual, e do outro estariam os autônomos ou profissionais do setor privado, a quem caberia o estigma de profissionais desvalorizados e desprestigiados.

Nesse sentido, e de acordo com o item reflexões e perspectivas do arcabouço metodológico proposto por Dias (2007), acredito que os principais desafios da questão motivadora deste estudo são os seguintes:

- a) ausência de postos de trabalhos para todos, exigência constante de qualificação, ampla concorrência no mercado de trabalho e presença fraca do setor privado em Brasília;
- b) ideologias: domínio do conhecimento especializado (experts) da modernidade tardia.

d) discursos voltados para os “concurseiros” e identidades dos servidores públicos marcados pela diferenciação;

c) relação servidor público X profissional do setor privado marcada pelo preconceito intelectual.

Já no que se refere ao item reconfigurando a questão, observo que a cobrança nos últimos certames de conteúdos relacionados com a ética no serviço público tem se mostrado um fato de grande relevância, haja vista que tais conceitos esclarecem os servidores públicos sobre a importância de se prestar os serviços de forma ética, cordial e eficiente, sem diferenciações ou preferências, bem como a respeito das consequências de não se prestar o serviço à população conforme prevê a Constituição Federal. Assim, embora ainda não julgue ser a cobrança de tais conteúdos uma perspectiva de mudança da conjuntura atual, penso que uma maior conscientização sobre os deveres dos servidores públicos revela-se como uma prática social e discursiva necessárias para minorar as consequências de discursos que valorizem excessivamente as funções públicas.

Por fim, e no que concerne ao último item do arcabouço, reflito sobre esta pesquisa respondendo as seguintes questões de pesquisa:

- A prática discursiva daqueles que orientam ou incentivam os candidatos a uma vaga no serviço público tem influência na formação da identidade desses estudantes?

- A recorrente associação entre termos “vitória” e “sucesso”, veiculados no universo dos concursos públicos, aos candidatos aprovados favorece o surgimento de preconceito intelectual?

Ao observar que as formações discursivas influenciam as práticas sociais e que o oposto também acontece, de modo que ambas se constroem, a análise do discurso crítica nos apresenta uma realidade de não neutralidade dessas práticas, haja vista que os discursos, assim como todas as características que envolvem a sua produção e veiculação, podem influenciar, segundo o interesse e a conveniência de seus produtores, a direção e a

composição de certas práticas de uma sociedade que, na era moderna, constrói e reconstrói constantemente seus sistemas de classificação, suas crenças e suas identidades.

Diante disso, e ciente da característica construtiva dos discursos, é forçoso acreditar que os discursos veiculados no universo dos concursos exercem, sim, influência na formação da identidade dos “concurseiros”, sobretudo porque a grande maioria deles é composta por jovens que ainda não possuem seus valores completamente formados e porque a situação de extrema cobrança a que eles são expostos, somada a promessa, feita por quem já “venceu”, de uma vida de sucesso favorece a aceitação dos discursos motivacionais e a legitimação dos produtores.

A modernidade fez surgir o risco, a reflexividade e a busca por segurança. Com isso, a recorrente associação entre os termos “vitória” e “sucesso” com o termo “aprovação” faz com que a opção pelo serviço público se torne muito atrativa, já que ela representaria a segurança de que os indivíduos necessitam, bem como uma espécie de diferenciação intelectual entre os profissionais, uma vez que quem passaria nos difíceis e concorridos concursos já seria, com a simples aprovação, bem-sucedido e vitorioso, não necessitando haver qualquer comprovação de suas habilidades durante a vida profissional, que é o que de fato interessa a Administração Pública e a população.

Haveria, sim, portanto, ao menos evidências de que as mencionadas associações favorecem o surgimento de um preconceito intelectual, o que nos leva a ficar em estado de alerta para observar o estabelecimento e a sustentação de possíveis relações de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1895-1975. *Estética da criação verbal*/ Mikhail Bakhtin; [tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina Appenzelles]. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997. – coleção Ensino Superior.

BEAUGRANDE, R. e DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London e New York, Longman. Tradução de Maria Christina Diniz Leal para o curso Introdução à análise do discurso ministrado no primeiro semestre de 2009 na Universidade de Brasília- UnB.

BONI, Valdete e QUARESMA, Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais*. Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: < <http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de, DOURADO, Luiz Fernandes. *Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil*. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, Agosto/2001 – Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Adam Smith e o Surgimento do Discurso Econômico*. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), julho-setembro/2004. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/95-7.pdf> >. Acesso em: 01 jul. 2011.

CHIZOTTI, Antônio. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios*. Revista portuguesa de educação, ano/vol 16, número 002, Universidade do Minho, Braga, Portugal, pgs. 221-236. Disponível em: <<http://sousafranco.homeip.net/franco/aulas/esmo/metodologias/Investiga%C3%A7%C3%A3o%20qualitativa.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2011.

DIAS, Juliana de Freitas. *O renascimento do parto: discurso e identidade*. 2007.

DUARTE, Teresa. A possibilidade de investigação a 3: reflexões sobre triangulação. CIES e-paper N.º 60/2009. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20Duarte.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2001. Coordenadora de tradução: Izabel Magalhães. Brasília, ed. Universidade de Brasília.

GIDDENS, Anthony, 1938 – *Modernidade e identidades*. Tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*/ Stuart Hall; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 4. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992. 16ª ed. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8bcTGHbGP_MC&oi=fnd&pg=PA7&dq=mudan%C3%A7as+culturais+%2B+humanidade+%26+ots=u1EkdqVkl0&sig=PnLgw6OOKfR2ApWmSErHIvb_R-g#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 jul. 2011.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. UERJ, 2001. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=etnografia+%2B+pesquisa+cient%C3%ADfica&btnG=Pesquisar&lr=&as_ylo=&as_vis=0>. Acesso em: 09 jun. 2011.

MEIRA Consuelo. *As transformações no mundo do trabalho: do paradigma tayloristafordista ao paradigma da informática*. Artefactum – revista de estudos em linguagem e tecnologia, ano I – n° 1 – novembro 2008. Disponível em: <<http://189.50.200.208/seer/index.php/localdatacenter/article/view/18/8>>. Acesso em: 01 jul 2011.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. *Dialogismo ou polifonia?*. Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: as perspectivas dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.